

**VESTÍGIOS DA ‘SOLIDARIEDADE CONTINENTAL’:
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DO PROJETO DE COOPERAÇÃO BRASIL-EUA
DURANTE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954)¹**

Natália Abreu Damasceno²

Resumo: Neste artigo propõe-se uma análise das convergências e divergências políticas, ideológicas e simbólicas entre os discursos de instâncias representativas do pensamento diplomático estadunidense a respeito do Brasil e as narrativas do debate político conduzido por parte da grande imprensa brasileira entre os anos de 1951 e 1954. Para tanto, lançamos mão da documentação diplomática produzida e recebida pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil neste período e das publicações semanais da revista *O Cruzeiro*, um dos mais tradicionais veículos midiáticos de grande circulação à época. A partir do exame destas fontes e do diálogo com questionamentos levantados pela literatura especializada nacional e internacional sobre o tema, vislumbramos as bases discursivas que sustentavam a legitimidade da noção de solidariedade e cooperação entre Brasil e Estados Unidos como via chave de análise da complexidade das relações entre ambos os países. Nesta perspectiva, entendemos que pensar que tipo de colaboração entre Brasil-EUA desejavam tanto os *policymakers* estadunidenses quanto as elites liberais-conservadoras brasileiras e observar quais os pontos de conflito e de consenso entre esses distintos - porém, em grande medida, complementares - projetos de parceria entre os dois gigantes da América é compreender o processo de consolidação da hegemonia estadunidense no continente americano num momento de franca elaboração dos contornos da Ordem Mundial do pós-Segunda Guerra.

Palavras-chave: Relações Brasil-EUA. Segundo Governo Vargas. O Cruzeiro. solidariedade continental.

Este artigo tem o intuito de apresentar uma proposta de análise sobre as convergências e divergências políticas, ideológicas e simbólicas entre os discursos de instâncias representativas das diretrizes da política externa dos EUA para o Brasil e as narrativas do debate político conduzido por parte da grande imprensa brasileira entre os anos de 1951 e 1954. Para tanto, investigaremos a documentação diplomática produzida e recebida pela

¹ A proposta de trabalho apresentada neste artigo consiste numa expansão de escopo da nossa dissertação defendida em 2016 com a orientação do Prof. Dr. Sidnei Munhoz, financiamento da CAPES e intitulada “Relações Brasil-EUA no Segundo Governo Vargas: A construção de um imaginário político nas páginas do jornal *Última Hora*”.

² Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá. Membro do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo/UEM). E-mail: natalia@getempo.org.

Embaixada dos Estados Unidos no Brasil neste período e as publicações semanais da revista *O Cruzeiro*, o mais tradicional veículo midiático de grande circulação à época. A observação inicial dos documentos selecionados e a leitura de parte da bibliografia especializada nos indica que há uma circularidade do discurso entre essas duas instâncias, o que demarca um compartilhamento de valores e uma consonância significativa entre os projetos políticos da diplomacia dos EUA para o Brasil e do segmento liberal-conservador representado pela revista. No entanto, percebemos que dentre os diversos pontos de convergência identificados, há espaços de negociação, adaptação e de reelaboração que determinam quais premissas de Washington ressoarão ou deixarão de ressoar, além dos termos mediante os quais serão reproduzidas, no debate político promovido pela grande imprensa brasileira.

O rumo da nossa investigação passa pelo entendimento do discurso como um sistema simbólico que rege e legitima a prática social e que mobiliza forças políticas circunscritas num campo de poder em disputa por formas legítimas de dominação (BOURDIEU, 2007). Partindo desse axioma, concentraremos o nosso olhar nos processos de construção e difusão de um imaginário político por meio do exame dos diferentes conjuntos de sentidos e significados que compunham os discursos comprometidos em legitimar o alinhamento entre Brasil-EUA, os quais, conforme pontua Gerson Moura (2012) compunham, por extensão, o processo de consolidação da hegemonia estadunidense no continente americano. Ao mapear as bases discursivas que sustentavam a legitimidade da noção de solidariedade e cooperação entre Brasil e Estados Unidos, ou ainda, que tipo de colaboração entre os dois países desejavam tanto os *policymakers* estadunidenses quanto as elites liberais-conservadoras brasileiras, a ideia é conseguir identificar os pontos de conflito e de consenso entre esses distintos - porém, em grande medida, complementares - projetos de parceria entre os dois “gigantes desiguais” da América num momento de franca elaboração dos contornos de uma Ordem Mundial do pós-Segunda Guerra (SMITH, 1991).

Embora a atmosfera de tensão oriunda da fase inicial da Guerra Fria, marcada pela polarização ideológica e radicalização dos debates políticos, tenha sido alvo de estudos de muitos historiadores, cientistas políticos e estudiosos das relações internacionais, parece ainda haver muito a ser feito, principalmente no campo da historiografia brasileira. Em contrapartida,



encontramos uma vasta literatura estadunidense coerente e preocupada em entender os primórdios da Ordem Mundial que polarizou o mundo entre dois projetos distintos de modernização, a saber, o ajustado à lógica capitalista e o alinhado ao comunismo (MUNHOZ, 2017)³. Especialmente notáveis são as obras que se empenharam em pensar sob prismas diversos o papel dos Estados Unidos nesse processo de redefinição do cenário internacional, como é o caso de *To Lead the Free World* (2000), de John Fousek, *The Tragedy of American Diplomacy* (1988), de William Appleman Williams e da coletânea de ensaios *America in the World* (1995), organizada por Michael Hogan. Mediante levantamento das produções sobre o tema, pudemos observar na bibliografia estadunidense não só uma necessidade de abordar a Guerra Fria numa perspectiva crítica e global, mas também um esforço consolidado em compreender o papel da política externa dos EUA, bem como a influência de suas dinâmicas e demandas internas na conformação da Ordem Mundial do pós-Segunda Guerra, num exercício de análise que articula os nexos entre conjuntura internacional, assuntos domésticos e diplomáticos.

No que diz respeito à historiografia brasileira, há certo consenso sobre as relações entre as elites liberais-conservadoras pró-EUA, o posicionamento do Brasil diante do cenário mundial que se esboçava e as crises políticas que se sucederam no pós-1945 e desembocaram no suicídio de Getúlio Vargas em 1954. A inquietação acerca da inserção mundial do Brasil nesse contexto é expressa de maneira exemplar em estudos como os de Monica Hirst em *O pragmatismo impossível* (1990), de Sidnei Munhoz em *Na gênese da Guerra Fria* (2010) e de Gerson Moura em *Relações exteriores do Brasil, 1939-1950* (2012). No entanto, ainda que articulem com excelência os fenômenos e as formulações da política interna e externa brasileiras, essas obras apontam caminhos que ainda estão por trilhar.

Diante disto, optamos por contribuir com esse debate historiográfico mediante o esforço em compreender os laços hegemônicos – bem como os seus limites – entre interesses

³ O nosso trabalho segue a linha historiográfica recente que questiona a perspectiva bipolar de análise da Guerra Fria. Tal qual discutido por Sidnei Munhoz (2017), entendemos que os interesses, objetivos e projetos de modernização dos países periféricos eram distintos, complexos e que não se reduziam ao léxico maniqueísta e dual próprio das rivalidades entre o capitalismo e o comunismo. No entanto, via de regra, os conflitos locais e as disputas pelas hegemonias regionais eram traduzidos nestes termos no debate político ao qual tinha acesso o cidadão comum.

estratégicos dos Estados Unidos e interesses políticos e econômicos das elites liberais-conservadoras brasileiras. Quando Plínio Ramos, na década de 1960, chama a atenção para os milhões de cruzeiros investidos em publicidade paga e distribuída por empresas como *Esso Standard do Brasil e Coca-Cola* a veículos midiáticos de oposição a Getúlio; ou mesmo quando Jorge Ferreira, já nos anos de 1990, trata dos motins urbanos responsáveis pela depredação dos postos da *Standard Oil* e do prédio da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil após o suicídio de Vargas, torna-se evidente que ainda há muitos liames entre as crises políticas brasileiras e as relações Brasil-EUA a serem explorados. Tendo isto em vista, nos atentaremos à (re)produção de imagens verbais e mentais como modalidades discursivas que, na condição de palco de confrontos entre forças políticas antagônicas e lugar estratégico capaz de transformar o arbitrário em legítimo, são capazes de trazer a lume os meandros das relações de poder intrínsecas a esses processos. (BARROS, 2005) (BACZKO, 1985).

Dialogando com elaborações de Gramsci, Dênis Moraes (2016) afirma que o estabelecimento do poder hegemônico passa pelas experiências e práticas de produção de sentido, argumentação e persuasão, ou seja, está condicionada à dominação do imaginário político. Para ele, resultante de embates permanentes, a hegemonia é fruto de uma batalha de ideias cujo alvo central é a conquista do consenso e da legitimidade. Pensando a construção da legitimidade no âmbito das relações internacionais, Gelson Fonseca Jr. articula um importante nexos entre política interna e política externa que amplia as possibilidades de olhares sobre as relações hegemônicas. Entendendo a legitimidade como “aquele ‘algo’ por trás da ‘submissão voluntária à autoridade’, à norma e ao poder” (FONSECA JR., 1998, p. 138), o diplomata e estudioso das relações internacionais defende que “não se explicam as diretrizes de políticas externas dos estados, num dado momento histórico, se não se articula o tema da legitimidade, e os valores que a sustentam, naquele mesmo momento histórico.”. Nesse sentido, “A ‘legitimidade’, conseqüentemente, ‘condiciona o espaço das proposições da ação diplomática’.” (LAFER, 1998, p. 14).

Dessa forma, tecendo uma articulação entre poder, imaginário político, hegemonia e legitimidade, encontramos a viabilidade da nossa proposta enquanto investigação capaz de contemplar liames entre aspectos tanto da política interna quanto da política externa das relações

do Brasil com os Estados Unidos. Esta abordagem adquire singular pertinência se considerarmos a afirmativa de Antonio Pedro Tota de que “os serviços de informação dos EUA usaram no Brasil, direta ou indiretamente, de todos os meios de comunicação, como arma na guerra fria cultural travada com os soviéticos” (TOTA, 2005, p. 120). Ainda, mais especificamente, faz-se relevante considerar que

Fazia-se um esforço em vender a imagem dos EUA sem que parecesse propaganda. Por isso a Embaixada dos EUA em nosso país contava, por exemplo, com a ajuda de empresas como as de Assis Chateaubriand, para transmitir pelas estações de rádio e televisão ou publicar em seus jornais e revistas, programas e artigos previamente preparados por profissionais brasileiros e americanos a serviço do governo americano (TOTA, 2005, p. 119).

Portanto, partindo do entendimento de que havia certa complementaridade de interesses entre as diretrizes da política externa estadunidense e as do projeto político defendido por nomes da grande imprensa nacional para o desenvolvimento brasileiro, conduziremos essa pesquisa por meio do cotejamento de discursos hegemônicos norteadores da prática política em diferentes instâncias: nos documentos da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil⁴ e nas publicações da Revista *O Cruzeiro*⁵.

Ainda pouco explorado pela historiografia, o conjunto de documentos diplomáticos selecionado revela um alto nível de monitoramento da vida política, econômica e social do Brasil. Por meio da análise dessas fontes, pudemos mapear os principais tópicos de interesse para os EUA e algumas interpretações a respeito dos acontecimentos da vida doméstica brasileira. Já o estudo sistemático dos artigos e reportagens da revista semanal *O Cruzeiro* entre os anos de 1951 e 1954, nos permitiu observar os termos do enquadramento ideológico pró-EUA dos setores sociais representados pela revista e as estratégias de condicionamento do agir político por meio da mediação de experiências.

⁴ Disponíveis em arquivos de *PDF*, que reúnem as digitalizações ampliadas de imagens de microfilme, esses registros pertencem a um fundo documental do *National Archive and Record Administration* e encontram-se disponíveis no acervo digital da Central de Documentação da Universidade Estadual de Maringá (CDO-UEM)

⁵ Disponível para livre acesso online no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Ver < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pesq=>> . Acesso em 27/05/2017

Criado em 1928, *O Cruzeiro* consolidou-se de fato em 1950, como parte do primeiro grande conglomerado de mídia do país, o Grupo Associados, chefiado por Assis Chateaubriand. Segundo Dalmáz (2014), na primeira metade da década de 1950, a tiragem da revista variou entre 450.000 a 700.000 exemplares, tendo o seu ápice no ano de 1954. Ou seja, era o periódico de maior circulação no país à época. Direcionada principalmente para a insurgente classe média brasileira, recém integrada aos hábitos sistemáticos de consumo, a revista contava com um time proeminente de colaboradores, entre eles Gilberto Freyre, Rachel de Queiróz e David Nasser. A alta qualidade do papel utilizado, das ilustrações e a ampla adesão ao fotojornalismo, até então uma novidade na imprensa brasileira, também contribuíram para o forte apelo e credibilidade do periódico junto ao seu público, o que o tornava voz autorizada e influente no debate político da época.

No tocante ao seu conteúdo e posicionamento editorial, Meyrer (2007) afirma que as matérias de *O Cruzeiro* eram uma espécie de “tradução para um público mais amplo dos discursos que estavam ocorrendo nas esferas oficiais” (MEYRER, 2007, p. 12). Vista pela autora como um palanque de Chateaubriand, a revista expressava os interesses da “ala liberal e conservadora da elite brasileira ligada aos setores exportadores, defesa do capital estrangeiro e combate aos nacionalistas mais radicais, que definia como xenófobos.” (MEYRER, 2007, p.19). Nesse sentido, situado entre o posicionamento ideológico de partidos como o PSD e a UDN, o periódico

se preocupava com a construção de uma modernidade pautada pelo modelo de sociedade norte-americana através, especialmente, da veiculação de sua indústria cultural, via reportagens sobre a indústria cinematográfica e publicidade. (MEYRER, 2007, p.35)

Destarte, por meio de uma linguagem acessível, que dialogava diretamente com uma conjuntura de consolidação do mercado de consumo, a revista *O Cruzeiro* constituiu um importante agente político, em grande medida reprodutor de valores e ideias compatíveis com os interesses econômicos e estratégicos dos EUA, num contexto em que o debate sobre os caminhos para a modernização e o desenvolvimento do Brasil estava na ordem do dia.

Assim como o mundo parecia polarizar-se entre capitalistas e comunistas, o debate

político brasileiro encontrava-se marcado pela rivalidade entre nacionalistas e liberais-conservadores pró-EUA⁶. Dessa maneira, grosso modo, os dois principais projetos políticos interessados em diferentes caminhos para a modernização do Brasil que disputavam o apoio da opinião pública podem ser denominados como: o nacionalista, identificado com o protagonismo do Estado na condução do desenvolvimento econômico, com o fortalecimento das indústrias de base e a restrição ao capital estrangeiro; e o liberal-conservador, favorável à entrada irrestrita de capitais estrangeiros, aos investimentos privados e à adesão à hegemonia estadunidense (ABREU, 1996). Tal embate entre projetos políticos antagônicos estimulou o uso estratégico dos meios de comunicação com o objetivo de conquistar o apoio da opinião pública a fim de sustentar ou deslegitimar este ou aquele caminho para a modernização do país. (SODRÉ, 1999).

Em meio a esta disputa por legitimidade, os discursos que intercediam em favor da cooperação com os Estados Unidos e da maior participação do capital privado na economia brasileira, via de regra, predominavam na grande imprensa nacional, monopolizada em sua esmagadora maioria por grupos familiares oligárquicos⁷. Esse é o caso da Revista *O Cruzeiro*. Diante disto, interessa-nos saber: com qual imaginário político esses discursos hegemônicos dialogavam? Quais são os conjuntos de significados compartilhados que conferiam sentido a um projeto de modernização pautado pelo alinhamento com os EUA? Quais símbolos e imagens mentais eram evocados a fim de legitimar o projeto liberal-conservador de Brasil? E, por fim, quais as relações entre o universo simbólico deste tipo de discurso e as diretrizes da política externa estadunidense? Havia consensos? Havia conflitos?

Segundo Ângela de Castro Gomes (1998), a vitória de Vargas nas eleições diretas de 1950 foi considerada uma ameaça por parte de sua oposição e também uma demonstração do

⁶ Os liberais-conservadores eram frequentemente chamados de “entreguistas” de modo pejorativo por setores nacionalistas ou mais alinhados à esquerda.

⁷ Os principais jornais da época eram dominados por grupos familiares que mandavam e desmandavam em suas empresas jornalísticas, as quais serviam a seus interesses pessoais. Assim o era nos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, no *Correio da Manhã* de Paulo Bittencourt, no *O Globo* da família Marinho e no *Estado de S. Paulo* dos Mesquita, para citar os de maior circulação. Sobre isto ver: ABREU, Alzira Alves de (org). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

quanto se podia manipular o povo, ainda despreparado para o exercício eleitoral. Maria Celina D’Araujo acrescenta que, naquele cenário, “Vargas aparece como o defensor dos interesses nacionais, num momento em que a situação econômica e financeira do Brasil caminha no sentido de acentuar a dependência em relação aos Estados Unidos” (D’ARAÚJO, 1992, p. 28). Logo, as propostas varguistas de desenvolvimento da indústria de base e da economia doméstica do Brasil, no sentido de torná-lo um país autônomo, cujas riquezas seriam produzidas pelos e para os brasileiros uniu, no plano doméstico, num robusto bloco de oposição, os descontentes e céticos em relação a sua vitória eleitoral e os tradicionais representantes das classes dominantes ligados ao modelo econômico agrário-exportador do Brasil.

Em paralelo, no plano internacional, os Estados Unidos emergiam vitoriosos de um vácuo de poder ocasionado pela fragilidade europeia no pós-1945, rompendo com a tradicional postura isolacionista e passando a apresentarem-se “ao mundo como exemplos supremos de um Governo representativo e amante da paz e do progresso material dinâmico, sob a égide de iniciativa privada.” (TRASK, 1976, p. 597). Na condição de produtores de 50% dos bens mundiais, os EUA empenharam-se, após a Segunda Guerra, na expansão de seus mercados por meio da criação de esferas de influência. Nesse contexto, diante do medo de uma nova recessão, como a do período entre guerras, e do crescente apelo do comunismo soviético na Ásia e na Europa, o pragmatismo econômico da *Open Door Policy* aliado à ofensiva anti-comunista da Doutrina Truman estabeleceram o tom da política externa estadunidense na gênese da Guerra Fria (WILLIAMS, 1966). Ambas as diretrizes, como amplamente explorado nas obras de Paulo Visentini (2012) e Moniz Bandeira (1973), entravam em confronto direto com o projeto nacional-desenvolvimentista, com as tendências protecionistas e estatizantes e com o anseio de maior autonomia diplomática e econômica de Vargas.

Mark T. Gilderhus (2000) analisa, em meio a uma abordagem de longa duração que compreende um recorte temporal de quase cem anos, a forma como a dinâmica das relações dos Estados Unidos com a América Latina do pós-1945 estiveram condicionadas por estas premissas da política externa estadunidense. O autor aponta que enquanto, por um lado, a Europa se beneficiava de amplos investimentos e de injeções maciças de dinheiro pelo Plano

Marshall, ao passo que o Sudeste Asiático tornava-se o foco das atenções econômicas, políticas e militares dos Estados Unidos, por outro, Washington percebia os governos latino-americanos como importantes aliados políticos e militares, mas economicamente periféricos em importância. Por isso, a ausência de programas efetivos de modernização econômica e de desenvolvimento destinados a essa região. (GILDERHUS, 2000).

Em conformidade com essas diretrizes, o Departamento de Estado esquivava-se dos pedidos de auxílio econômico relegando a América Latina ao capital privado dos Estados Unidos. Essa postura negligente em relação às necessidades latino-americanas fazia parte de uma dinâmica nas relações continentais que já se tornava evidente por volta de 1947, quando o presidente Truman afirmou em coletiva de imprensa que não haveria um programa equivalente ao Plano Marshall para a América Latina (MUNHOZ, 2002). Assim, ao longo do processo de consolidação da hegemonia estadunidense durante os anos iniciais da Guerra Fria, Washington pressionava os países latino-americanos por meio da promessa de auxílio econômico e militar e da supervalorização de uma suposta ameaça comunista na América Latina, a fim de assumir as rédeas do restante do continente e afastar governantes cujas inclinações não eram compatíveis com os seus interesses (LIVINGSTONE, 2009).

No caso brasileiro, essa dinâmica tornou-se mais problemática quando os anos de alinhamento quase automático do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) foram interrompidos pela política externa de barganha nacionalista de Vargas. Paulo Visentini acrescenta que “quanto mais avançava a urbanização e a industrialização por substituição de importações, mais diminuía a complementaridade econômica entre os dois países [Brasil e EUA].” (VISENTINI, 2010, p. 211). Porém, o autor salienta que a barganha nacionalista, ou seja, o apoio estratégico a Washington em troca de auxílio econômico ao Brasil, não foi um fenômeno anti-imperialista, mas o “amadurecimento de uma contradição essencial – o ingresso de um grande país periférico (que não se encontrava nas ‘fronteiras quentes da Guerra Fria’) na etapa industrial.” (VIZENTINI, 2010, p. 240).

Embora imersas em um cenário de constantes tensões, dadas as incompatibilidades entre o projeto político varguista e a política externa estadunidense, as relações Brasil-EUA durante o Segundo Governo Vargas foram pautadas por vestígios significativos de

solidariedade e alinhamento fortalecidos pelo imaginário político liberal e pelas pressões dos grupos políticos de oposição ao presidente. Observemos brevemente o caso de uma de nossas fontes privilegiadas, a Revista *O Cruzeiro*.

Comprometido com a construção e difusão de imagens mentais associadas a um projeto civilizatório que tinha os Estados Unidos como principal referência, o periódico frequentemente veiculava discursos que direta ou indiretamente exaltavam a potência estadunidense e defendiam a complementaridade de interesses entre os dois países. Nas páginas de suas edições, valores como o anticomunismo, o armamentismo, o consumismo e a produtividade eram celebrados de maneira difusa e diluída em comentários sobre o cotidiano e nos episódios anedóticos e curiosos das reportagens.

Por exemplo, em fotorreportagem de Miranda Bastos e B. Barris, veiculada em abril de 1951, narra-se a ida, patrocinada pelos *Diários Associados* e pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, de dois vaqueiros brasileiros a um rodeio em Houston. A extensa cobertura fotográfica do desempenho dos *cowboys* estadunidenses em seus cavalos é acompanhada de imagens mentais representativas de uma admiração e senso de inferioridade em relação aos EUA. Além das comparações entre o amadorismo das vaquejadas brasileiras e o profissionalismo, *expertise* e eficiência dos rodeios realizados em Houston, é enfatizada uma relação de amizade e companheirismo entre os dois distintos universos que parecia sugerir uma parceria assimétrica, na qual a potência hemisférica cumpriria a função de tutor generoso e o Brasil de infante aprendiz. A própria intenção do encontro promovido demarcava esta posição. Segundo Bastos, os vaqueiros brasileiros: “Não venciam ordenado, não competiriam nos prêmios. Sua presença traduzia tão somente um gesto de boa vontade e de confiança de dois matutos duma nação amiga para com seus colegas do Hemisfério Norte.”. (BASTOS, 14 abr. 1951, p.80)

É intrigante perceber como simbologias deste tipo pareciam fundamentar discursos em outras searas que não a midiática. É o caso do conteúdo encontrado em muitos dos despachos da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Citemos o exemplo dos memorandos referentes



às reuniões que Adam Truslow, o então presidente da Comissão Mista Brasil-EUA⁸, e Edward Miller, Secretário Assistente do *Bureau of Inter-American Affairs*, tiveram com embaixadores, ministros e diferentes especialistas brasileiros quando da sua visita ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1951. Em todo o relato das cinco reuniões, cada qual acerca de um dos diferentes pontos de estrangulamento sobre os quais a CMBEU se debruçaria, observa-se subjacente às negociações certa desconfiança na capacidade de autogestão brasileira.

Em reunião sobre o suprimento de materiais essenciais, Roberto Campos, Secretário da Chancelaria do Brasil e membro da CMBEU, questionou a disposição dos Estados Unidos de manter o fluxo de tais atividades comerciais apontando o problema da demora e dos muitos obstáculos impostos pelos EUA na concessão dos materiais. Campos elaborou sua crítica a partir de relatos de experiências durante a Segunda Guerra Mundial, nas quais mesmo depois de acordadas as vendas entre autoridades brasileiras e estadunidenses, as cotas, quantidades e finalidades eram revisadas duas ou três vezes por autoridades de agências governamentais dos EUA, que, por vezes ainda faziam requerimentos de provas elaboradas para finalidade de uso dos produtos adquiridos. Sobre este assunto, embora Miller tivesse afirmado que as diferenças de conjuntura em relação ao período da guerra permitiriam a simplificação dessas revisões em intercâmbios futuros, em outra reunião da CMBEU sobre investimentos na infraestrutura dos transportes brasileiros, Truslow assumiu “ser muito difícil pleitear equipamentos ferroviários nos Estados Unidos a não ser que as autoridades do Governo dos Estados Unidos pudessem perceber que seria feito o melhor uso destes equipamentos quando chegassem ao Brasil.” (MILLS, 1951, p.1 – tradução nossa).

Dessa forma, ainda que de maneiras distintas, ambos os discursos reafirmam estereótipos que forjam um entendimento do Brasil como país “infantilizado”, pouco eficiente, que precisa de referências, de tutela e de fiscalização. Os vaqueiros brasileiros não eram

⁸ Criada ainda no governo Dutra, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) foi instalada em 1951, composta por técnicos e economistas de ambos os países que formulariam projetos para serem submetidos a instituições financeiras, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco de Exportação e Importação (Eximbank). As prioridades que orientariam os rumos da CMBEU, segundo o governo brasileiro, seguiria os pontos de estrangulamento ao desenvolvimento indicados pelo relatório ABBINK de junho de 1949, como a melhoria nos sistemas de transporte para o escoamento da produção e a exploração dos recursos minerais para a geração de energia.

profissionais ou não possuíam domínio técnico o suficiente. As vaquejadas não eram lucrativas ou bem organizadas e sequer reuniam investimentos comparáveis aos rodeios dos Estados Unidos. De maneira semelhante, nessa perspectiva, o Brasil era uma nação que não tinha discernimento para direcionar de maneira adequada os seus recursos ou o auxílio técnico provido pela potência estadunidense. Ainda que partissem dos brasileiros as necessidades e os pleitos, o domínio do que seria o “bom uso” de materiais essenciais concedidos era de Washington.

Estabelecendo constantes relações entre política interna e política externa em seu estudo, Lars Schoultz (2000) chama atenção para o fato de que só é possível explicar plenamente a política externa dos EUA em relação à América Latina se pensarmos como o *mind-set* dos funcionários de Washington, dominado pela crença de que os latino-americanos eram inferiores, processa os seus próprios interesses e os acontecimentos. Aponta ainda que tal estereótipo de latino-americano foi muitas vezes útil aos interesses expansionistas dos EUA, pois a inferioridade justificava a tutela, o controle e a intervenção. Em concordância com Schoultz (2000), ao lançar nosso olhar sobre o debate político doméstico na imprensa brasileira, percebemos que esse *mind-set* transcendeu as chancelarias e o pensamento dos formuladores da política externa estadunidense. Interessou-nos, então, entender as vias, os limites e as negociações de significados dessa capilaridade dos discursos.

O plano de formular uma síntese a partir dessas questões passa pela preocupação de colocar à prova a cumplicidade entre os interesses de Washington e do projeto político liberal-conservador brasileiro a fim de testar seus limites, evidenciar os seus termos e as suas dinâmicas. Desse modo, o nosso trabalho está comprometido com uma visão crítica da História que rejeita equivalências prontas e refuta o estudo do passado como repositório de respostas para o presente ou futuro, ou de fundamentações e exemplos de posicionamentos formulados a priori. Para nós, a análise histórica deve ser um processo de busca de inteligibilidades e percepções que nos permita entender a dimensão das mudanças por que passamos e a natureza dos processos que vivemos e como o vivemos, para que possamos ter alguma perspectiva sobre o que somos (WILLIAMS, 1966).

Nesse sentido, esta proposta de pesquisa surge da necessidade de multiplicarem-se olhares brasileiros sobre a complexidade das relações entre Brasil-EUA num período que comporta mais tensões que a tão mencionada bipolaridade Leste-Oeste da Guerra Fria parece sugerir. É preciso amadurecer a compreensão sobre os conflitos Norte-Sul, ou seja, entre países hegemônicos e países periféricos, durante o período. E o amadurecimento dessa compreensão passa pela análise da dimensão política e do exercício de poder em searas tão sinuosas quanto as do imaginário, do discurso e do universo simbólico. Portanto, para nós, pensar as nossas relações com os Estados Unidos pela via do condicionamento de imaginários políticos e dos esforços pela construção de legitimidade por meio da difusão de imagens mentais, é um caminho frutífero para compreender o complicado nexos entre política interna e política externa. É, também, uma possível contribuição para o conhecimento da longa relação com a nação com quem mantemos estreitas relações políticas, econômicas e culturais até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de (org). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social In: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-Homem**.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

DALIO, Danilo José; MIYAMOTO, Shiguenoli. O Governo Vargas e a Comissão Mista Brasil- Estados Unidos. In: **Idéias** - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. v.2, n. 1. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/62>> Acesso em 11/11/2014.

DALMÁZ, Mateus. **Democracia e concerto americano**: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas relações interamericanas (1946-1966). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. Porto Alegre, 2014.

DAVIS, Sonny. Brazil-United States military relations in the early post-World War era. In: **Diálogos**. V.6. Maringá: DHI/UEM, 2002.

FERREIRA, Jorge Luis. *O carnaval da tristeza*: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FONSECA JR., Gelson. A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FOUSEK, John. **To Lead the Free World**: American Nationalism and the Cultural Roots of the Cold War. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2000.

GILDERHUS, Mark T. **The second century**: U.S.-Latin American relations since 1889. Wilmington, DE: Scholarly Resources, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. *A política brasileira em busca da modernidade*: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. geral da coleção); SCHWARCZ, Lilian Mortiz (org. do volume). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HIRST, Monica. **O pragmatismo impossível**: a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, 1990.

HOGAN, Michael J. **A Cross of Iron**. Harry Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao sul do Rio Grande** – Imaginando a América Latina em seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970). Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

LAFER, Celso. Prefácio. In: FONSECA JR., Gelson. A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

LIVINGSTONE, Grace. **America's Backyard: The United States & Latin America from the Monroe Doctrine to the War on Terror.** New York & London: Zed Books, 2009.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e Cultura Política: Carnaval e Samba no Foco da Boa Vizinhança. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História.** São Paulo, 2011.

MEYRER, Marlise Regina. Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da Revista O Cruzeiro (1955-1957). Tese (Doutorado) – Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2007.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: REMOND, René (org). **Por uma História Política.** Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MORAES, Dênis. **Crítica da mídia & hegemonia cultural.** 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2016.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o Rei do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1950.** Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). In: **Diálogos**, v.6, p. 41-59, 2002. Disponível em <<https://doaj.org/toc/2177-2940/6>> . Acesso em 26/01/2016>.

MUNHOZ, Sidnei. Imperialismo e Anti-imperialismo, Comunismo e Anti-comunismo durante a Guerra Fria. Apresentação. In: *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 36, fev. 2017, pp.452-469.

MUNHOZ, Sidnei J. Na gênese da Guerra Fria: os EUA e a repressão ao comunismo no Brasil. In: MUNHOZ, Sidnei J.; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI.** Maringá: Eduem, 2010.

RAMOS, Plínio de Abreu. **Brasil, 11 de novembro.** São Paulo: Editora Fulgor, 1960.

REMOND, René (org). **Por uma História Política.** Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, José Augusto. **A era Vargas 1950-1954: o segundo governo Vargas.** Vol 2. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001.

RIBEIRO, Thiago Reis Marques. **Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da 'Missão Abbink' (1948) e da Comissão Mista Brasil-**

Estados Unidos (1951-1953). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão** – uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Trad. Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 7ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SMITH, Joseph. *Unequal Giants: diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TOTA, Antonio Pedro. Cultura e dominação: relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Guerra Fria. *Perspectivas*, São Paulo, v. 27, jan/jun. 2005. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/24/17>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

TRASK, David F. A República Imperial. A América na Política Mundial, de 1945 ao Presente. In: LEUCHTENBURG, William E. (org). **O século inacabado**. A América desde 190. Trad. Álvaro Cabral. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens Vigeadas: uma História Social do cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945-1954**. Tese (Doutorado em História)– Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

VISENTINI, Paulo G. O Populismo e as relações Brasil-EUA (1945 a 1964): a dialética do alinhamento e da autonomia. In: MUNHOZ, Sidnei J. ; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2010.
WILLIAMS, William Appleman. *The Contours of American History*. Chicago: Quadrangle Books, 1966.

Fontes

BASTOS, A. de Miranda; HARRIS, J.B. Dois vaqueiros do Brasil na rodeio de Houston. *O Cruzeiro*, ed. 26, ano 23, Rio de Janeiro, 14 abr. 1951, pp.76-80.

MILLS, Sheldon T. Official Informal Restricted. **Embaixada dos Estados Unidos** (Rio de Janeiro) para Randolph A. Kidder, 6 de março de 1951. (National Archives Microfilm



Publication M1489, rolo 1, fotogramas 518-540). Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil. 1950-1954. National Archives at College Park, College Park, MD. Digital Acervo digital da CDO/LabTempo. Comcap-Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

THE DEPARTMENT OF STATE relating to Internal Affairs of Brazil. 1950-1954. **National Archives at College Park**, College Park, MD. Digital Archive at CDO/LabTempo. Comcap-Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro: **Diários Associados**, 1951-1954. Semanal. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&PagFis=72904&Pesq=>>